

## **Disputas hegemônicas, Dominação Ampliada e Extensão Rural no Brasil (1948-1974)**

PEDRO CASSIANO FARIAS DE OLIVEIRA\*<sup>1</sup>

Transformações na estrutura agrária no Brasil era um assunto em pauta logo no início do século XX. Com a abolição da escravidão houve uma ruptura da relação de trabalho no campo criando um cenário de “crise” entre as elites rurais brasileiras.

Dois principais projetos entraram em disputa, nesse período, entre as elites rurais brasileiras: movidos por ideologias de valorização européia e de repúdio as classes pobres e negras do Brasil, a elite rural paulista optava pela imigração como via de progresso, estabelecendo novas formas de relação de trabalho no campo com imigrantes, sobretudo vindos do campo europeu; por outro lado, havia alguns segmentos da elite rural fluminense e nordestina que viam no aproveitamento da mão-de-obra negra e mestiça, já residente no país, a principal diretriz necessária e eficaz para resolver o problema do trabalho no campo.

Com o objetivo de viabilizar esses projetos ditos modernizadores, houve a criação de entidades de cunho civis, que materializavam os discursos em prol dos projetos das elites rurais. Assim surgiu a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA 1896) – representando as elites não paulistas e a Sociedade Paulista de Agricultura (SPA) – posteriormente Sociedade Rural Brasileira, SRB 1919) – representando as elites paulistas.

O presente trabalho apresenta uma análise sobre os projetos ideológicos dos discursos da SNA e como eles nortearam a trajetória das políticas públicas realizadas pelo Ministério da Agricultura. Nesse ínterim, é correto afirmar que na década de 1950 a convergência desse projeto da SNA, hegemônico no Ministério da Agricultura, com a política externa norte-americana, encontrou um campo fértil de oportunidades e a ação

---

\*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal Fluminense. Graduado em História pela Universidade Federal Fluminense, Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista pelo CNPq ou Capes.

de interesses comuns. Na segunda parte do trabalho, destaco a política de Extensão Rural como concretização dessa relação entre sociedade civil e política associando também na dominação ampliada na política externa estadunidense.

### **Educação rural: disputas intra-classe dominante**

Nada melhor para educar do que a repetição. Não duas, ou três vezes, mais milhares e milhares de vezes até que se aprenda, mesmo sendo um engodo. Através do discurso da modernização para o campo brasileiro diversas ações educacionais foram implementadas pelo Ministério da Agricultura como aponta a historiadora Sonia Regina de Mendonça. A educação se tornou o veículo principal da pasta para realizar um “adestramento” da população rural “mestiça”, analfabeta e pobre.

Diferentemente dos diversos autores que abordam a historiografia da educação no Brasil, Sonia Mendonça deixa claro, em suas pesquisas, que o marco inicial das políticas públicas educacionais não foi o estabelecimento do Ministério da Educação e Saúde (criado em 1930), mas sim os projetos educacionais do Ministério da Agricultura que existiam desde sua criação em 1909<sup>2</sup>.

Na Primeira República, o combate ao analfabetismo era a principal bandeira das ações educacionais no Brasil encampado pelo Ministério da Agricultura. A própria criação do Ministério carregava em seu bojo a vitória das elites não paulistas – aglutinadas na SNA – frente ao projeto liberal conservador defendido pela elite rural paulista. Nesse cenário, o ensino primário rural era defasado devido a população do campo ser a mais atingida pelo problema:

*“Muito além deste aspecto, a documentação pesquisada revelou a necessidade, política e simbólica, manifestada por determinados agentes sociais de disseminar, mediante a expansão do ensino agrícola elementar e médio, códigos de comportamento e de percepção que assegurem tanto o disciplinamento da força de trabalho do campo (...) quanto a construção do consenso em torno da identificação de uma única liderança nacional, de modo a combater o localismo político, típico da sociedade brasileira”*  
(MENDONÇA, 2010, p. 21)

---

<sup>2</sup> MEDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Educação Rural no Brasil: alguns escritos*. Vício de Leitura, Rio de Janeiro, 2007.

Nesse período, houve também a implantação de instituições de ensino que tinham o objetivo de fixar e ensinar a “ética do trabalho rural”, além de formar mão-de-obra para as propriedades dos membros da SNA<sup>3</sup>

Nesse sentido, a educação rural tinha uma face dual: para uma classe rica e média, um ensino propedêutico, para as classes mais pobres, um ensino voltado para o trabalho. Ora, para quê gastar em transmitir conhecimento para quem não iria usá-los? Gramsci (2000) já dizia que a organização social provém de uma reflexão da consciência de classe. Não havia, portanto, a perspectiva nem o interesse de existir uma população rural letrada refletindo sobre a vida no campo, pois negar conhecimento é também desmobilizar organização social e política. Isso geraria um desequilíbrio no cenário de dominação rural que acarretaria transtornos e reivindicações inoportunas para as elites rurais.

Devemos sempre lembrar que apesar da SNA ter um projeto que englobava a participação do pequeno agricultor no mercado interno, isso não significava que havia qualquer interesse na mudança do *status quo* vigente. Portanto, o Ministério da Agricultura conduzia a educação rural como veículo de propagação de trabalhadores rurais submissos.

Nas décadas de 1950-60 o ensino agrícola passou a ser o principal promotor do desenvolvimento do campo que era tido como “obstáculo ao capitalismo” (MEDONÇA, 2010, p. 18). A SNA será uma árdua defensora de uma “modernização com limites” (Idem, p. 73) – propondo a difusão do cooperativismo como principal forma de organização rural eficiente.

A educação será encarada como “neutralidade técnica”. Surge no governo Vargas os chamados “discursos nacionalistas”, com uma marca do corporativismo de traços fascistas. Assim, setores sociais deveriam receber tratamentos diferenciados, pois

---

<sup>3</sup> Os Aprendizados Agrícolas e os Patronatos Agrícolas eram as principais instituições de ensino criadas pelo Ministério da Agricultura. Curioso perceber que a instalação dessas unidades ao longo de mais de três décadas, foi justamente onde se encontrava as propriedades rurais dos membros da SNA. Portanto, o Nordeste e o interior do Rio de Janeiro foram contemplados com diversas unidades formando “trabalhadores nacionais”. Para mais informações ver MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Educação Rural no Brasil: alguns escritos*, capítulo 1: “A Dialética entre o regional e o nacional na subordinação dos trabalhadores rurais no Brasil: o Ensino Agrícola na Primeira República (1888-1930).” Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2007, p. 21-30.

exerciam funções distintas. Nesse momento, o Ministério da Educação ganha uma projeção que até então não existia, a pasta passa a ter a querer controlar as instituições de ensino em todo o país, tendo como prioridade o ensino primário. Bernardo Sorj (ANO) identifica que a partir da década de 1960 há uma reestruturação da produção agrícola no Brasil. Os chamados Complexo Agroindustriais (CAIs) serão a nova modalidade de produção agrícola, cujo a agricultura se torna duplamente dependente, tanto na plantação – devido aos insumos agrícolas necessários para aumentar a produtividade – quanto na venda – a indústria alimentícia será a grande responsável pela compra dos produtos agrícolas, agora encarados como matéria-prima para esse tipo de indústria.

O Ministério da Agricultura, até então, significava uma vitória do projeto dos segmentos ligados a SNA, que por um longo período estabeleceram representantes nos altos escalões da pasta (MENDONÇA, 2010), “*Mecanização e subsídios para os grandes produtores, cooperativização para os pequenos: tal parece ter sido, em síntese, a proposta da entidade*” (Idem, p. 74). Em constantes disputas com o Ministério da Educação e Cultura, a educação rural dirigida pelo Ministério não se propunha mais a aprender a ler, escrever e contas, mas de produzir uma educação complementar a das primeiras letras encampadas pelo MÊS.

### **Extensão Rural – panorama histórico crítico**

É nesse contexto que vemos, então, surgir a Extensão Rural. De acordo com a bibliografia especializada (MENDONÇA 2010, OLIVEIRA 1999, entre outros) esse modelo assistencialista foi fruto de acordos binacionais entre Brasil e Estados Unidos. Este último possuía grandes interesses de dominação ampliada na política internacional<sup>4</sup> (ARRIGHI, 2007). Portanto, na historiografia da Extensão Rural é possível perceber os

---

<sup>4</sup> Os Estados Unidos por motivos estratégicos e econômicos firmaram diversos acordos de cooperação tecnológica com o Brasil, permitindo o intercâmbio de tecnologia. A Pesquisa Agropecuária foi a principal beneficiada desses acordos de cooperação tecnológicas, como podemos ver

rastros do Tio Sam espalhados desde o treinamento de líderes rurais e extensionistas, até o financiamento de crédito agrícola.<sup>5</sup>

O programa Ponto IV, por exemplo, é o primeiro acordo efetivo de aliança entre os países latinos americanos e os Estados Unidos. Formado no governo Truman (1945-1953), nesse programa houve uma reformulação intensa nos programas de “cooperação” agrícola instituindo diversos acordos e fundações, como a *Foreign Operations Administrations* (FOA) e a *Internacional Cooperation Administration* (ICA), no início dos anos 50. Com a Segunda Guerra Mundial em pleno curso, o Nazismo arrebatando aliados nos continentes (Japão na Ásia, Itália e outros países do Norte da África), e com a URSS despontando como uma superpotência na Europa, os Estados Unidos precisavam de aliados sobretudo em se tratando de vizinhos continentais.

A exportação de tecnologia agrícola será o principal assunto tratado pelo programa Ponto IV, tendo uma entrada também no auxílio e treinamento de pesquisadores. O sucesso do programa se encontra na estratégia ideológica de levar aos países subdesenvolvidos tecnologia para alcançar o desenvolvimento, cujo modelo norte-americano de agricultura será mencionado diversas vezes, em troca os acordos econômicos e políticos eram fechados evitando a ameaça comunista e nazista:

*“As possibilidades da agricultura no Brasil*

*Em entrevista a imprensa carioca, o escritor e fazendeiro Louis Bronfield mostra-se otimista quanto ao futuro do nosso País. (...)*

*Depois de ter sido apresentado aos jornalistas (...), disse inicialmente que tendo fundado em Ohio, Estado Centro-Oeste dos Estados Unidos, a “Malabar Farm”, fazenda revolucionária pelos métodos novos de cultivo nela introduzidos e que visavam o aproveitamento dos solos exaustos, ali recebia a visita de brasileiros, os quais lhe sugeriram repetir no Brasil aquela experiência. Esclareceu que a princípio relutou, considerando as barreiras impostas pela diferença de idioma, mas logo que teve oportunidade de vir à América do Sul e ao Brasil, particularmente, todas as dúvidas desapareceram. Prosseguindo, afirmou que desta forma, com alguns brasileiros de iniciativa, fundou em Itagiba, localidade próxima a Jundiá, São Paulo a “Malabar do Brasil”. Localizando-se em uma zona cansada pelo exaustivo secular, a nova fazenda é hoje um exemplo para quantos sabem que toda terra é boa para o plantio, desde que tratada*

---

<sup>5</sup> Ver. OLIVEIRA, Mauro Marcio. *As circunstâncias... e OLIVEIRA*. Antonio Gonçalves (tese de mestrado que fichei!!!)

*convenientemente de acordo com os preceitos da técnica agrônômica moderna, (...).”(O Estado de São Paulo 26/01/1055)*

Sobre esse contexto político e econômico dos anos 50 que a Extensão Rural foi iniciada no Brasil, partindo de uma iniciativa norte-americana de “sucesso”. Em dezembro de 1948 Nelson Rockefeller com sua *American International Association for Economic and Social Development-* (AIA) inicia um acordo de cooperação tecnológica e de assistencialismo com o Estado de Minas Gerais dando origem a Associação de Crédito de Assistência Rural (ACAR). Isso quer dizer que uma organização civil norte-americana privada serviu de modelo para uma intervenção estatal no campo, junto ao pequeno agricultor, transformando-se, mais tarde, em política pública implementada por agências ligadas ao Ministério da Agricultura. Portanto, durante toda a existência da Extensão Rural no Brasil houve o repasse de recursos dessas instituições estadunidenses além, do financiamento do Crédito Rural Supervisionado (CRS) como podemos ver nessa declaração dos recursos financeiros da ABCAR nos anos 60:

*“RECURSOS FINANCEIROS*

*Receita do sistema ABCAR (1960):*

*Governo Federal – Cr\$ 217.378.800, 00*

*Governos Estaduais – Cr\$ 176.743.907, 00*

*Outras entidades - Cr\$ 83.934.139, 00*

*Cr\$ 478.056.846, 00*

*OBS: a. Não foram incluídos os recursos do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos (ETA), em dólares para o Sistema.*

*b. Não estão computados no resumo acima a assistência técnica da American Internacional Association (AIA), Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Escritório Técnico de Agricultura Brasil - Estados Unidos (ETA) e o Ministério da Agricultura, consistentes na cessão de técnicos ao Sistema, nem a contribuição das Prefeituras Municipais, traduzida no pagamento de aluguéis de imóveis destinados à instalação de Escritórios Regionais e Locais e no fornecimento de mobiliário.” (ABCAR. 1960, p. 7 e 8)*

Por mais de quatro décadas a política agrícola de Extensão Rural repetiu e repetiu que a melhor forma de organizar o pequeno agricultor era através de modernizar o cultivo e adotar técnicas específicas para alcançar um aumento na produção. De cunho

estritamente educacional, os extensionistas deveriam incentivar, demonstrar, aplicando certas técnicas em líderes das comunidades rurais dispostos a servirem de exemplo para seus companheiros:

*“EXTENSÃO RURAL É EDUCAÇÃO. Educação para a família rural que não pode assistir aulas em ambientes fechados; para a família rural que não pode frequentar a escola formal.*

*A população rural para poder acompanhar o desenvolvimento econômico que, em ritmo acelerado, se processa no País e que é uma aspiração nacional, necessita, efetivamente, de uma base cultural sólida complementada com a educação profissional, a educação econômica, a educação social e a educação cívica.” (ASCAR, 1959, p. II)*

A trilogia agricultor – dona de casa – jovem é o centro de interesse da extensão e seu foco de ação para promover o que chamavam de “mudança social”<sup>6</sup>.

*“Os fatores que mais tem influenciado este desajustamento da juventude rural são os seguintes: (transcrição dos mais relevantes)*

*a) o meio rural se recente da falta de instituições que congreguem os jovens visando sua educação*

*c) os programas escolares não são adaptados ao meio ambiente*

*e) inúmeras dificuldades limitantes ao acesso dos filhos de agricultores às escolas de nível secundário.*

*f) a educação familiar, com excessiva subordinação dos jovens à autoridade paterna, criando-lhe uma situação de dependência que impede o desenvolvimento pleno da sua personalidade*

*h) falta de orientação sobre o valor e importância da recreação no desenvolvimento físico e mental do homem”, (ASCAR, 1959, p. 9)*

A Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (ABCAR), criada em 1956 foi à elevação da Extensão Rural em escala federal. Possuía sua estrutura organizacional mista, ou seja, governo federal, estadual, municipal e iniciativas privadas eram responsáveis pelo seu financiamento. O Ministério da Agricultura, Ministério da Educação e Cultura, Serviço Social Rural, Instituto Brasileiro do Café, Confederação Rural Brasileira, Banco do Brasil S. A., Banco Nacional de Crédito Cooperativo, Escritório Técnico de Agricultura (ETA), Associação

---

<sup>6</sup> ABCAR. *III Reunião Nacional de Líderes Estaduais de Clubes 4-s.* Workshop, seleção, uso e treinamento de líderes voluntários locais. Domingos Martins ES, realizados nos dias 23 e 30 de setembro de 1962.

Internacional Americana (AIA) e diversas entidades privadas aparecem na documentação das agências de extensionismo ABCAR<sup>7</sup>. Tal modelo administrativo pode ser comparado às atuais Iniciativas Público-Privada, cujo Estado financia e realiza parte da infra-estrutura e mão-de-obra, assumindo altos riscos, enquanto as iniciativas privadas beneficiam-se, como parasitas, das oportunidades abertas com quase nulos riscos e dividendos.

*“Distribuição do Custeio: Governo Federal (60%)*

*Governo Estadual, municipal e entidades privadas (40%)*

*São membros mantenedores da ABCAR os Ministérios da Agricultura, da Educação e Cultura e da Saúde, o Banco do Brasil, a Confederação Rural Brasileira, o Escritório Técnico de Agricultura, o Instituto Brasileiro do Café, a Agência para o Desenvolvimento Internacional, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo e o Banco do Nordeste do Brasil.” (ABCAR. s.d., p. 3)*

Nessas circunstâncias, dois elementos são importantes na análise da trajetória da Extensão Rural no Brasil. A primeira é a sua pretensão de ser “apolítica”. Mesmo sendo uma instituição “pseudopública” seus objetivos explicitados nas cartilhas e discursos das agências de Extensão não eram voltados para uma organização social de cunho político, ou que reivindicassem o aumento da propriedade. Ora, não podemos nunca esquecer que nos anos 50 e 60 uma das principais discussões no meio político era a Reforma Agrária (MENDONÇA, 2006). Portanto, o projeto extensionista tinha mais do que um caráter de assistência, mas era concretização de um projeto de hegemonia para o campo, nos moldes orquestrados pela SNA, que possuía profunda entrada no Ministério da Agricultura, que por sua vez, transformou o extensionismo numa política pública.

Gramsci em sua obra diz que para estabelecer hegemonia é preciso ocorrer uma dominação maior do que meros cargos no aparelho do Estado. A dominação ideológica e moral são importantíssimas para a estabilidade no poder da classe dominante. A importância do intelectual aqui é fundamental, pois ele é o membro da reprodução da ideologia da qual tem origem. O extensionismo, portanto, possui características que o circunscreve na categoria gramsciniana de hegemonia.

---

<sup>7</sup> ABCAR. *Plano Diretor Quinquênio 1961-1965*. Rio de Janeiro, 1960, p. 249.



Isso, então, nos aponta para uma segunda questão: as lutas do Capitalismo não são travadas somente no campo econômico, mas, sobretudo nas disputas ideológicas e culturais. Essa perspectiva supera a visão de estrutura e superestrutura, limitador tão freqüente nos estudos dos marxistas. O campo econômico, numa visão ortodoxa, tornou-se a única “base” das relações capitalistas e de produção.

Se, por um lado, a Extensão Rural estava muito bem, obrigado, por outro, a conjuntura econômica do país estava piorando depois dos anos 70. Na comemoração dos vinte e cinco anos de existência em 1973, segundo documentação da ABCAR, havia 1.548 agências operacionais no campo espalhadas em 2.294 municípios em todas as Unidades da Federação (antes de 1988 havia somente 23 Estados?)<sup>8</sup> Esses números são indícios de uma verdadeira hegemonia sobre o campo.

Porém, em 1972 o I Plano Nacional de Desenvolvimento no governo ??? previa a eliminação da produção familiar de subsistência. Isso era um significativo abalo na hegemonia do projeto da liderança da SNA no Ministério da Agricultura.

A instabilidade se tornou cada vez mais visível indo por água abaixo a defesa das cooperativas e a educação rural assistencialista. Outros segmentos do patronato rural, assim como o surgimento de outras áreas entidades como a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, criada em 1970) e a não estava esfacelada e perdendo cada vez mais posição para segmentos paulistas.

Esses outros segmentos estavam cada vez mais interessados em mudanças institucionais no Ministério, pois havia novos interesses em pauta para serem atendidos. O agronegócio e as instalações de indústrias de alimentos, demandavam uma produção elevada de alimentos que estavam sendo plantados em grandes latifúndios. A pequena propriedade não tinha estrutura para competir com os grandes latifundiários. A Extensão Rural pede sua força e sentido com a comissão de alto nível<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> ABCAR. *25 anos semando o progresso*. Revista da ABCAR, ano VIII, n. 95-96, (Nov./dez.1973), Guanabara, ABCAR, 1973.

<sup>9</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. Relatório técnico do CNPq, 2010.

## **Considerações finais**

Adestramento é a palavra correta para designar as políticas educacionais do Ministério da Agricultura durante todo o século XX. Seu projeto educacional para o campo sempre foi marcado por interesses de hegemônicos. Isso quer dizer que as políticas públicas encampadas pelo Ministério da Agricultura, desde a Primeira República não tinha objetivo de promover conhecimento para a população rural e muito menos estimular mudanças na estrutura fundiária do país.

Podemos interpretar as políticas educacionais do Ministério da Agricultura, sobretudo a Extensão Rural, como projetos hegemônicos, orquestrados por representantes das classes dominantes inseridos na pasta. Além disso, a partir da década de 50 houve a convergência dos interesses dos dirigentes da SNA que se encontravam na diretoria do Ministério com os projetos de dominação ampliada internacional dos Estados Unidos. As agências de Extensão Rural são fruto desses acordos binacionais cuja tecnologia e treinamentos originou intelectuais orgânicos para a ABCAR.

Assim, Extensão Rural era uma luta travada no campo intelectual para mudar as estruturas ideológicas no campo. As relações econômicas capitalistas não são possíveis sem a penetração de uma ideologia capitalista com laços próprios. Repetir se tornou a tônica dos projetos de educação complementar que possuíam um caráter de intenso aprendizado para a dita “vocação agrária” que, na verdade possuía um forte sentido de massificação. Conhecimento gera organização e organização gera poder e esses, de acordo com Gramsci, são os primeiros passos para a estruturação de uma consciência de classe.

### **Bibliografia**

#### **1.1. Documentação oficial periódica**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CREDITO E ASSISTÊNCIA RURAL – ABCAR *Boletim Informativo*. Brasília (1978-90).

BRASIL. Diário Oficial da União (1944 – 2005)

#### **1.2. Periódicos**

O Estado de São Paulo (1955-1970).

#### **1.3. Documentação avulsa fichada**

ABCAR, *III Reunião Nacional de Líderes Estaduais de Clubes 4-s. Workshop, Seleção, uso e treinamento de líderes voluntários locais*. Domingos Martins ES. Realizado nos dias 23 a 30 de setembro de 1962.

ABCAR. *Centro Sul-Americano de Crédito Agrícola. Serviço de economia rural. Trabalhos apresentados para o seminário sul-americano de crédito agrícola*. Recife, 1958.

ABCAR. *II Reunião de Treinamento, 15 e 16 de outubro de 1962*, Rio de Janeiro, 1962.  
ABCAR. *Informação sobre o Sistema Brasileiro de Extensão Rural e crédito supervisionado, Série D. N.10*. Rio de Janeiro, 1960.

ABCAR. Manual de avaliação. Série E. Volume I. *Sistema de avaliação do programa municipal de Extensão Rural*. Rio de Janeiro, 1961.

ABCAR. *O sistema brasileiro cooperativo de extensão rural*. Rio de Janeiro (s.d.).

ABCAR. *Organização Geral, Estrutura Técnico Administrativa*. Rio de Janeiro 1958.

ABCAR. *Reformulação da política de aplicação do crédito rural em articulação com a Extensão Rural*. Rio de Janeiro 1960

ABCAR. *Plano Diretor Quinquênio 1961-1965*. Rio de Janeiro, 1960.

ABCAR. *Sistema Brasileiro Cooperativo de Extensão Rural, Plano Diretor Quinquênio 1961-65*. Rio de Janeiro, 1960.

ABCAR. *Técnicas e Métodos de Avaliação do Programa*. Brasília 1962.

ASCAR. *Plano cooperativo de extensão rural*. 1970.

ASCAR/ETA. *Programa Cooperativo de Extensão Rural e Plano Anual de Trabalho, 1959-1960*, Rio Grande do Sul, 1959.

EMBRATER, *Trina anos de Extensão Rural no Brasil*, Pronunciamentos. Brasília, 1979 (documento 9).

EMBRATER. *Diretrizes operacionais para eventos de especialização*. Brasília, 1980.

EMBRATER. *Estruturação operacional, modelo, estratégia e diretrizes de trabalho*. Brasília, 1975. Documento 3.

EMBRATER. *Miscelânea de Documentos. 1975, 1978, 1979, 1980, 1982, 1983*. II – 244, 04, 11. Documento 1. Atos constitutivos, 1975.

EMBRATER. *Plano de Metas Política Agrícola*. Brasília, outubro de 1986.

#### **1.4. Autores**

ABRAMOVAY. Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. Ed. UNICAMP, São Paulo, 1992.

ARRIGHI, Giovanni. “As três hegemonias do capitalismo histórico”. In: GILL, Stephen(org.). *Gramsci, materialismo e relações internacionais*. Ed. UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

AVILA, Antonio Flavio Dias. “Distribuição de Benefícios da Pesquisa Agropecuária Brasileira: o caso da Embrapa.” *Cadernos de Difusão Tecnológica*, Brasília, 5 (1/3): 45-61, jan/dez, 1988.

COX, Robert W. “Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre método.” In: GILL, Stephen(org.). *Gramsci, materialismo e relações internacionais*. Ed. UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

DELGADO, Nelson Giordano. “Extensão e desenvolvimento local”. In: *Desenvolvimento em questão*, Ed. Unijui, ano. 1, n. 1, jan./jun. 2003. p. 229-237.

ENGELS, Friedrich, MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. Ed. Boitempo, São Paulo, 2009.

GAVIOLI, Felipe Rosafa. “Agricultura Familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil”. (Resenha). *Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro – RJ, v. 3, n. 2, p. 425-431, jul.-dez. 2009.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1984.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. Vol 2, Caderno 12. Ed. Civ. Brasileira, Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3, caderno 13. Ed. Civ. Brasileira, Rio de Janeiro, 2000

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. In: Coleção os pensadores, Ed. Abril Cultural, Rio de Janeiro, 1974.

\_\_\_\_\_. *Manifesto do Partido Comunista*. Ed. Martin Claret, São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. *O Capital*, livro I, vol. I. Ed. Difel, São Paulo, 1982.

MENDONÇA, Sonia Regina. *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990*, STEDILE, João Pedro (org.). Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. “A dupla dicotomia do Ensino Agrícola no Brasil”. In: *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, vol. 14, nº 1, 2006.

\_\_\_\_\_. *Estado, Educação Rural e Influência Norte-Americana (1930-1961)*. Ed.UFF, Niterói, 2010.

\_\_\_\_\_. *Estado, Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (1944-2005)*. Projeto de Pesquisa apresentado ao CNPq em 2007.

\_\_\_\_\_. “Estado e Sociedade”, In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *História pensar e fazer*. Ed. Lab. Dimensões da História, Rio de Janeiro, 1998.

\_\_\_\_\_. “Estado, Violência simbólica e metaforização da cidadania”. In: *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, 1996, p. 94-125.

MOORE JR. Barrington. *Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*. Ed. Martins Fontes, 1983.

\_\_\_\_\_. *O Patronato Rural no Brasil recente (1964-1993)*. Ed. UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

MOURA, Joana T. V. de. “Dilemas da democracia: a representação política nos novos espaços de participação. *Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro – RJ, v. 3, n. 2, p. 170-196, jul.-dez. 2009.

NASCIMENTO, Renato Carvalheira do. “A fome como uma questão social nas políticas públicas brasileiras. *Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro – RJ, v.3, n.2, p. 197-225, jul.-dez. 2009.

OLINGER, GLAUCO. *Processo de Extensão Rural e Sistema de Convivência com a Seca no Nordeste*. Brasília, 1984.

\_\_\_\_\_. *Como Melhorar a eficácia da Extensão Rural no Brasil e na América Latina*, Embrater, 1984.

OLIVEIRA, Isabel de Assis Ribeiro de. *Teoria Política Moderna, uma introdução*. Ed. UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, Mauro Marcio. *As Circunstâncias da Criação da Extensão Rural no Brasil*, In: *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, vol. 16 nº 2, maio/ago, 1999.

PEGORARO, E.. “Revolta dos posseiros de 1957: consensos e desacordos de algumas interpretações”. *Revista Ideas – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 109-133, jan.-jun. 2008.

PICCIN, Marcos Botton. “Gramsci e as culturas subordinadas. *Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro – RJ, v. 4, n. 1, p. 171-202, jun.-jul. 2010.

SKOCPOL, Theda. *Estados e Revoluções Sociais – análise comparativa da França, Rússia e China*. Ed. Presença, Lisboa, 1979?

WEBER, MAX. “Capitalismo e Sociedade Rural na Alemanha”. In: *Ensaio de Sociologia* Ed. LTC, 2002.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1979.